

Recurso no TST

O Governo do Distrito Federal vai recorrer da decisão do Tribunal Regional do Trabalho que condenou a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan) a pagar indenização por dano moral coletivo. A ação alega que a empresa descumpre a lei que impede a administração pública de terceirizar mão-de-obra para atividades fim. O corregedor-geral do GDF, Roberto Giffone disse que o Executivo vai recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho sob a alegação de que a atual gestão não pode arcar com os prejuízos referentes a procedimentos do governo anterior. "Com relação a encerrar os contratos com terceirizados estamos em sintonia, já que essa é uma determinação do governador, mas não concordamos em assumir a responsabilidade por ilegalidades cometidas em administrações anteriores", afirmou.

A decisão da Justiça do Trabalho ratifica liminar de dezembro de 2005 que recomendava a demissão de servidores terceirizados e impunha multa de R\$ 500 mil, além de R\$ 30 mil por dia para cada funcionário mantido fora dos padrões legais. Estima-se que a multa total por desobediência à liminar pode ultrapassar os R\$ 200 milhões. (LT)